

Fredie Didier Jr.  
Leandro Fernandez

# Introdução à **JUSTIÇA** **MULTIPORTAS**

Sistema de solução de  
problemas jurídicos  
e o perfil do acesso à  
Justiça no Brasil

2024



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Capa e diagramação:** Maitê Coelho e Cendi Coelho ([cendicoelho@gmail.com](mailto:cendicoelho@gmail.com))

D556c Didier Jr., Fredie  
Introdução à Justiça Multiportas: Sistema de solução de problemas jurídicos e o perfil do acesso à Justiça no Brasil / Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

912 p.

Inclui bibliografia  
ISBN: 978-85-442-4877-5

1. Direito Processual Civil. 2. Problemas jurídicos. 3. Poder judiciário. 4. Justiça multiportas.  
I. Didier Jr., Fredie. II. Fernandez, Leandro. III. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL  
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	23
<b>Nota dos autores à primeira edição</b> .....	27
<b>PARTE I</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	
<b>Capítulo 1 ► Noções fundamentais</b> .....	39
1. Teorias sobre os sistemas de justiça.....	39
2. Três conceitos fundamentais: justiça, portas de acesso à justiça e problema jurídico.....	41
3. Administração judiciária e administração da justiça.....	43
4. O sistema multiportas. A necessidade de reconstrução da ideia dos anos 70 do século XX: do átrio para a praça.....	44
5. A inserção deste tema no objeto de preocupação dos processualistas .....	46
<b>Capítulo 2 ► Panorama histórico</b> .....	49
1. Generalidades .....	49
2. Atos normativos gerais .....	50
3. Decisões do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral .....	84
4. Diretrizes jurisprudenciais do sistema de justiça multiportas: sistematização da visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	109
<b>Capítulo 3 ► Características do sistema brasileiro de justiça multiportas</b> .....	113
1. Introdução .....	113
2. Auto-organização: construção paulatina, progressiva e sem planejamento .....	114
2.1. Introdução .....	114
2.2. A interação entre sujeitos integrantes do sistema de justiça multiportas .....	117
2.3. O Conselho Nacional de Justiça no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	117
3. Abertura.....	118
3.1. Sujeitos.....	118
3.2. Abrangência de todos os modos de solução de problemas jurídicos .....	121
3.3. Portas .....	122
3.4. Fontes .....	125

3.5. Formas processuais.....	126
3.6. Conclusão parcial: sistema brasileiro de justiça multiortas como um <i>ever-expanding system</i> .....	127
4. Preferência pela solução consensual (§§ 2º e 3º do art. 3º do CPC) .....	128
5. Adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico.....	132
5.1. Generalidades .....	132
5.2. A teoria das capacidades institucionais.....	133
5.2.1. Generalidades .....	133
5.2.2. O papel da deferência judicial em matérias políticas e técnicas .....	139
5.2.3. A não decisão pelo Poder Judiciário .....	140
5.3. A dinamicidade do juízo de adequação.....	143
5.4. A adequação de acordo com os sujeitos envolvidos no processo. A situação dos grupos vulneráveis.....	144
5.5. O controle da adequação.....	145
6. Integração.....	148
6.1. Generalidades. O CPC como diploma normativo central de organização do sistema brasileiro de justiça multiortas.....	148
6.2. Interação indireta.....	150
6.3. Interação direta: sem coordenação ou com coordenação.....	151
6.4. Repercussões do caráter integrado do sistema sobre o regime jurídico aplicável aos sujeitos que nele atuam .....	156

## PARTE II

### MODOS DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS

<b>Capítulo 4 ► Soluções consensuais</b> .....	163
1. Generalidades.....	163
2. Negociação direta .....	165
2.1. Generalidades .....	165
2.2. <i>Collaborative law</i> .....	166
3. Com a participação de terceiro .....	168
3.1. Conciliação e mediação .....	168
3.1.1. Distinções e semelhanças.....	168
3.1.2. Normas que regem a conciliação e a mediação.....	170
3.1.3. Centro de solução de conflitos.....	173
3.1.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC .....	174
3.2. Avaliação imparcial de terceiro.....	176
3.3. Justiça restaurativa.....	177
4. Negócios de certificação .....	179
5. A consensualidade e o Direito Público .....	180
5.1. Generalidades .....	180

5.2. Objeto do problema jurídico.....	182
5.3. Modo de solução do problema jurídico.....	183
5.4. Aplicação de sanções administrativas.....	184
<b>Capítulo 5 ► Heterocomposição.....</b>	<b>187</b>
1. Generalidades.....	187
2. Algumas palavras sobre heterocomposição e jurisdição.....	188
3. Motivação.....	189
4. Heterocomposição e respeito aos precedentes no sistema brasileiro de justiça multi- portas.....	193
4.1. Generalidades.....	193
4.2. Deveres previstos no art. 926 do Código de Processo Civil.....	194
4.2.1. Dever de uniformização da jurisprudência.....	194
4.2.2. Dever de coerência.....	194
4.2.3. Dever de integridade.....	196
4.3. O sistema brasileiro de precedentes administrativos obrigatórios.....	198
4.4. Perspectiva externa.....	203
4.4.1. Generalidades e o dever de consultar.....	203
4.4.2. Arbitragem e precedentes judiciais.....	204
5. Imparcialidade.....	206
5.1. Generalidades.....	206
5.2. O dever geral de imparcialidade e a tutela da aparência de imparcialidade.....	207
5.3. Comentários específicos sobre a imparcialidade na arbitragem.....	210
<b>Capítulo 6 ► Autotutela.....</b>	<b>213</b>
1. Conceito.....	213
2. A reabilitação da autotutela e sua compreensão como porta de acesso à justiça.....	214
3. Abrangência e natureza jurídica da autotutela.....	215
4. A autotutela na legislação brasileira.....	219
5. Modalidades de autotutela.....	223
6. Autotutela de origem convencional.....	226
7. A autotutela administrativa: aspectos processuais.....	231
7.1. Autoexecutoriedade e interesse de agir.....	231
7.2. Anulação dos próprios atos.....	233
7.2.1. Autotutela administrativa e devido processo.....	233
7.2.2. Consideração das consequências práticas da decisão.....	234
7.2.3. Preservação da estabilidade, integridade e coerência.....	235
<b>Capítulo 7 ► Execução extrajudicial.....</b>	<b>237</b>
1. Introdução.....	237
2. Execução extrajudicial e autotutela.....	239
3. Modalidades de desjudicialização da execução.....	240

4.	A figura do agente de execução.....	242
5.	O contrato de administração fiduciária de garantias. O agente de garantia e a execução extrajudicial.....	244
6.	Panorama legislativo .....	245
6.1.	Execução hipotecária (a Lei n. 14.711/2023 e a revogação da disciplina prevista no Decreto-Lei n. 70/1966).....	245
6.1.1.	O Decreto-Lei n. 70/1966 .....	245
6.1.2.	Execução hipotecária na Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal das Garantias). .....	247
6.2.	Execução do contrato de alienação fiduciária de imóvel (Lei n. 9.514/1997) .....	249
6.3.	Execução do contrato de alienação fiduciária de bem móvel (Decreto-Lei n. 911/1969) .....	253
6.4.	Adjudicação compulsória extrajudicial .....	256
6.5.	Conclusões parciais.....	258
7.	Propostas legislativas.....	258
7.1.	Generalidades .....	258
7.2.	Experimentos jurídicos de regulação e execução extrajudicial.....	261
8.	Desjudicialização da execução independentemente de modificação legislativa .....	264
8.1.	Cooperação interinstitucional.....	264
8.2.	Execução extrajudicial convencional .....	265
8.2.1.	Generalidades .....	265
8.2.2.	<i>Smart contracts</i> e execução extrajudicial convencional.....	266
9.	Conclusão: a execução sob a perspectiva da justiça multiportas .....	266

### PARTE III NORMAS E INSTITUTOS FUNDAMENTAIS

<b>Capítulo 8 ▶ Acesso à justiça e inafastabilidade da jurisdição .....</b>	<b>273</b>
1. Acesso à justiça em um sistema de justiça multiportas .....	273
2. Diretrizes para a compreensão do novo conteúdo dogmático do acesso à justiça .....	277
2.1. Pluralidade de instâncias (estatais ou não) .....	278
2.2. O direito de informação.....	278
2.3. Observância dos direitos processuais fundamentais.....	279
2.4. A análise de capacidades institucionais.....	279
2.5. O exame de adequação.....	279
2.6. O juízo referencial.....	280
3. Acesso à justiça sob a perspectiva do juízo de adequação e o papel do Poder Judiciário .....	281
4. Algumas conclusões sobre o perfil contemporâneo do acesso à justiça no Brasil .....	286
5. Acesso à justiça e litigância predatória .....	287
6. Acesso à justiça sob a perspectiva das despesas processuais .....	291
6.1. Gratuidade no acesso à justiça .....	291
6.2. Assistência judiciária .....	293
6.3. Despesas processuais e estrutura de incentivos ao comportamento no processo... ..	294

6.4. Despesas para a solução de problemas jurídicos e gratuidade em outras portas de acesso à justiça.....	296
6.5. Financiamento processual ( <i>third-party funding</i> ).....	300
<b>Capítulo 9 ► Devido processo</b> .....	303
1. Considerações gerais .....	303
2. Conteúdo .....	304
3. Devido processo e relações jurídicas privadas .....	305
4. Devido processo e justiça multiportas.....	307
<b>Capítulo 10 ► Interesse de agir</b> .....	311
1. Generalidades .....	311
2. Evolução normativa e jurisprudencial acerca do interesse de agir .....	312
2.1. Tribunal Europeu de Direitos Humanos e Tribunal de Justiça da União Europeia..	312
2.2. Panorama normativo e jurisprudencial no Brasil.....	312
2.3. A experiência no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	317
3. A reconstrução do interesse de agir no sistema brasileiro de justiça multiportas .....	318
3.1. Generalidades .....	318
3.2. Processo judicial.....	320
3.2.1. Ações constitutivas. O problema das “ações necessárias”.....	320
3.2.2. Ações condenatórias. A questão da tentativa extrajudicial de solução do problema jurídico .....	322
3.2.3. Ações declaratórias .....	326
3.3. Interesse de agir e outras portas de acesso à justiça.....	326
<b>Capítulo 11 ► Duração razoável do processo</b> .....	329
1. Generalidades .....	329
2. Parâmetros para análise da duração razoável do processo .....	330
3. A duração razoável do processo no ordenamento jurídico brasileiro .....	330
4. Instrumentos para a concretização do direito à razoável duração do processo judicial ..	335
5. Duração razoável do processo de solução de problemas jurídicos: a resignificação do art. 5º, LXXVIII, da CF e do art. 4º do CPC no contexto do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	336

## PARTE IV SUJEITOS E PORTAS

<b>Capítulo 12 ► Poder Judiciário</b> .....	345
1. Premissas conceituais acerca da organização do Poder Judiciário .....	345
1.1. Instância.....	345
1.2. Varas e Juizados. Divisões territoriais.....	346
1.3. Tribunais .....	347
1.4. Núcleos de Justiça 4.0.....	348

1.5. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	352
1.6. Centros de Inteligência .....	353
2. Estrutura e competência dos órgãos do Poder Judiciário.....	355
2.1. Introdução .....	355
2.2. Supremo Tribunal Federal.....	355
2.3. Superior Tribunal de Justiça.....	357
2.4. Justiça Federal.....	358
2.5. Justiça Estadual e do Distrito Federal e Territórios.....	360
2.6. Justiça do Trabalho .....	360
2.7. Justiça Eleitoral .....	361
2.8. Justiça Militar.....	363
2.9. Justiça de paz.....	365
3. O Conselho Nacional de Justiça.....	367
4. Conselho Superior da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	372
5. O Poder Judiciário e o tratamento adequado de problemas jurídicos.....	374
<b>Capítulo 13 ► Árbitros, câmaras e tribunais arbitrais.....</b>	<b>377</b>
1. Generalidades.....	377
2. Panorama normativo da arbitragem no Brasil.....	379
3. Características da arbitragem.....	382
4. Arbitragem e Poder Público .....	383
4.1. Aspectos gerais.....	383
4.2. Incompatibilidade com a cláusula <i>choice of law</i> .....	384
4.3. Preferência pela arbitragem institucional.....	385
4.4. Objeto.....	386
5. Interação entre a arbitragem e o Poder Judiciário .....	388
5.1. Generalidades .....	388
5.2. Cooperação interinstitucional. Carta arbitral.....	390
5.3. Conflito de competência.....	391
<b>Capítulo 14 ► Câmaras de conciliação e mediação.....</b>	<b>393</b>
1. Generalidades.....	393
2. Câmaras privadas de conciliação e mediação.....	393
3. Câmaras administrativas de mediação e conciliação .....	394
<b>Capítulo 15 ► Tribunais administrativos.....</b>	<b>397</b>
1. Generalidades.....	397
2. Os tribunais administrativos tributários .....	399
2.1. Modelo federativo e diversidade de configuração dos tribunais administrativos tributários.....	399
2.2. O papel dos tribunais administrativos tributários no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	401



2.3. Julgamento de casos repetitivos no âmbito de tribunais administrativos tributários.....	403
3. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) .....	404
3.1. Generalidades .....	404
3.2. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.....	405
3.2.1. Estrutura e composição .....	405
3.2.2. Competência .....	406
3.3. Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	408
3.4. Autocomposição no Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	409
4. Tribunal Marítimo.....	410
<b>Capítulo 16 ► Tribunais de Contas.....</b>	<b>413</b>
1. Generalidades .....	413
2. A posição dos Tribunais de Contas no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	414
3. O processo de controle.....	416
3.1. Generalidades .....	416
3.2. Consensualidade e controle externo .....	417
4. Consulta aos Tribunais de Contas .....	418
<b>Capítulo 17 ► Portas de regulação .....</b>	<b>419</b>
1. Premissas conceituais.....	419
1.1. Regulação.....	419
1.2. Heterorregulação.....	420
1.3. Autorregulação.....	421
1.4. Corregulação .....	423
1.5. <i>Smart regulation</i> .....	423
2. Agências reguladoras .....	424
2.1. Generalidades .....	424
2.2. Autocomposição.....	425
2.2.1. Estímulo à solução consensual de problemas jurídicos no setor regulado...	425
2.2.2. <i>Online dispute resolution</i> e agências reguladoras .....	427
2.2.3. Compromisso de ajustamento de conduta .....	428
2.3. Heterocomposição.....	429
2.3.1. O processo decisório nas agências reguladoras. A figura do “arbitramento”.....	429
2.3.2. Arbitragem em setores regulados.....	433
2.4. Interação com outras portas de acesso à justiça.....	434
3. Entidades de autorregulação .....	438
3.1. Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR).....	438
3.2. BSM Supervisão de Mercados.....	440
3.3. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.....	444

3.4. Ordem dos Advogados do Brasil e Conselhos profissionais.....	447
3.5. Justiça Desportiva .....	450
3.6. Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.....	452
<b>Capítulo 18 ► Ministério Público .....</b>	<b>455</b>
1. Introdução .....	455
2. Organização.....	456
3. O Conselho Nacional do Ministério Público.....	459
4. O Ministério Público no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	461
<b>Capítulo 19 ► Defensoria Pública.....</b>	<b>469</b>
1. Introdução .....	469
2. Organização.....	469
3. Defensoria Pública, justiça multiportas e acesso à justiça no Brasil.....	471
4. Atuação como <i>amicus curiae</i> e como <i>custos vulnerabilis</i> .....	474
<b>Capítulo 20 ► Advocacia.....</b>	<b>477</b>
1. O art. 133 da Constituição Federal e a advocacia no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	477
2. A peculiaridade da advocacia para a solução consensual do problema jurídico .....	479
3. Advocacia pública .....	481
3.1. Organização .....	481
3.2. A advocacia pública no sistema brasileiro de justiça multiportas .....	483
<b>Capítulo 21 ► Serventias extrajudiciais .....</b>	<b>489</b>
1. Os serviços notariais e de registro .....	489
2. Disciplina normativa das serventias extrajudiciais .....	491
2.1. Generalidades .....	491
2.2. O papel do Conselho Nacional de Justiça na regulamentação das serventias extrajudiciais.....	493
3. As serventias notariais e de registro no Código de Processo Civil.....	497
4. As serventias extrajudiciais no sistema de justiça multiportas .....	499
4.1. Serventias extrajudiciais e acesso à justiça .....	499
4.2. Conciliação e mediação. Estímulo à solução consensual.....	502
4.2.1. Generalidades .....	502
4.2.2. Renegociação de dívidas protestadas e proposta de solução negocial prévia ao protesto .....	503
4.2.3. Negociação alusiva a precatório e a crédito reconhecido em sentença transitada em julgado.....	504
4.3. Cooperação interinstitucional.....	505
4.4. Desjudicialização da execução civil .....	506

<b>Capítulo 22 ► <i>Dispute boards</i> – comitês de resolução de disputas</b> .....	509
1. Generalidades .....	509
2. Natureza jurídica.....	511
3. Espécies .....	512
4. Composição do comitê.....	515
5. Interação com o Poder Judiciário ou o juízo arbitral .....	516
6. Contribuições do comitê de resolução de disputas para o processo estrutural .....	517
<b>Capítulo 23 ► Litigantes habituais</b> .....	521
1. O litigante habitual no sistema brasileiro de justiça .....	521
2. Litigantes habituais e litigantes eventuais .....	522
3. O Poder Público como principal litigante habitual no Brasil.....	525
4. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da litigância habitual .....	527
4.1. Visão geral.....	527
4.2. Iniciativas exclusivas do próprio litigante habitual.....	527
4.3. Iniciativas de entes de controle e instituições privadas .....	529
4.4. Iniciativas no âmbito do Poder Judiciário.....	532
4.4.1. Ações coletivas e julgamento de casos repetitivos .....	532
4.4.2. Cooperação judiciária .....	533
4.4.2.1. Centralização de processos repetitivos .....	534
4.4.2.2. Protocolos institucionais com litigantes habituais.....	536
4.4.2.2.1. Generalidades.....	536
4.4.2.2.2. O caso do “Ato Trabalhista”, ou plano especial de pagamento trabalhista, para a centralização de execuções contra entidades desportivas.....	538
4.4.2.2.3. Celebração de protocolos institucionais com litigantes habituais e dever de imparcialidade.....	539
4.4.2.2.4. Protocolos institucionais com entidades responsáveis pela manutenção de ODR’s .....	540
4.4.3. Mutirões de conciliação .....	541
4.4.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação - SIREC .....	541
4.4.5. Centros de Inteligência .....	542
4.4.6. Núcleos de Justiça 4.0.....	543
4.4.7. A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário .....	544
4.4.8. Publicização do comportamento .....	545
<b>Capítulo 24 ► Litigantes vulneráveis</b> .....	547
1. Generalidades .....	547
2. O Código de Processo Civil e as pessoas vulneráveis.....	548
3. A curatela especial e o dever judicial de zelar pela igualdade processual.....	550

4. Algumas palavras sobre a indisponibilidade do direito e sua relação com os modos adequados de solução de problemas jurídicos .....	552
5. Pessoas com deficiência.....	554
6. Crianças e adolescentes.....	556
7. Idosos.....	557
8. Mulheres. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero .....	557
9. População LGBTQIAPN+ .....	559
10. Indígenas.....	560
11. Pessoas em situação de rua.....	563
12. Excluídos digitais .....	565
13. Migrantes .....	566
14. Consumidores.....	567
15. Trabalhadores.....	568
<b>Capítulo 25 ► Outros sujeitos e outras portas.....</b>	<b>569</b>
1. Introdução .....	569
2. Poder Legislativo.....	570
2.1. Generalidades .....	570
2.2. Cassação de mandato.....	571
2.3. Julgamento de crimes de responsabilidade.....	571
3. Controladoria-Geral da União .....	573
4. Procon .....	575
5. Conselho Tutelar .....	576
6. Polícias.....	579
6.1. Generalidades .....	579
6.2. Mediação e conciliação.....	580
6.3. Concessão de medidas protetivas em casos de violência doméstica ou familiar... ..	582
6.4. Colaboração premiada.....	584
6.5. Conclusões.....	585
7. Escritórios de prática jurídica .....	585
8. Tribunais eclesiais .....	587
9. Tribunais consuetudinários e povos tradicionais .....	588
10. Associações, condomínios e grupos sociais .....	590

## PARTE V

### ALGUNS SUBSISTEMAS DE JUSTIÇA MULTIPORTAS

<b>Capítulo 26 ► Justiça constitucional multiportas .....</b>	<b>597</b>
1. A figura do guardião da Constituição .....	597
2. Manifestações do sistema de justiça multiportas na jurisdição constitucional.....	599
2.1. Premissa: interferências recíprocas entre o sistema de justiça multiportas e a jurisdição constitucional.....	599

2.2. Primeiro vetor: da justiça multiportas à jurisdição constitucional.....	599
2.3. Segundo vetor: da jurisdição constitucional à justiça multiportas. O papel da jurisdição constitucional na construção do sistema.....	600
3. Processos constitucionais e autocomposição.....	601
3.1. A promoção da solução consensual dos problemas jurídicos no âmbito da jurisdição constitucional.....	601
3.2. Exemplos.....	604
4. Deferência judicial, diálogo institucional e juízo de capacidades institucionais na jurisdição constitucional.....	609
4.1. Generalidades.....	609
4.2. Exemplos.....	610
<b>Capítulo 27 ► Justiça eleitoral multiportas.....</b>	<b>613</b>
1. Introdução.....	613
2. Compromisso de ajustamento de conduta em matéria eleitoral.....	613
3. A Resolução n. 23.478/2016 do Tribunal Superior Eleitoral e a autocomposição eleitoral.....	616
<b>Capítulo 28 ► Justiça trabalhista multiportas.....</b>	<b>621</b>
1. Introdução.....	621
2. A interação entre o Processo Civil e o Processo do Trabalho.....	621
3. A autocomposição na solução de problemas jurídicos trabalhistas.....	630
3.1. Generalidades.....	630
3.2. Autocomposição coletiva.....	631
3.3. Autocomposição coletiva e o Supremo Tribunal Federal.....	633
3.4. Autocomposição individual.....	636
3.5. Negócios processuais na Justiça do Trabalho.....	642
4. Arbitragem.....	643
5. Autotutela.....	646
<b>Capítulo 29 ► Justiça penal multiportas.....</b>	<b>647</b>
1. Introdução.....	647
2. A interação entre o Processo Civil e o Processo Penal.....	650
3. A adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico em âmbito penal..	652
4. O autorregramento da vontade no âmbito penal. Negócios jurídicos na justiça penal...	656
5. Panorama normativo da consensualidade no Processo Penal.....	662
6. Institutos relevantes na justiça penal multiportas.....	667
6.1. Transação penal nos Juizados Especiais.....	667
6.2. Suspensão condicional do processo.....	668
6.3. Colaboração premiada.....	669
6.4. Acordo de leniência.....	672
6.5. Acordo de não-persecução penal.....	674
6.6. Mediação e conciliação em delegacias de polícia.....	676

6.7. Concessão de medidas protetivas por autoridade policial .....	676
7. Aplicação de sanções por povos tradicionais .....	677
8. Autotutela: a legítima defesa. O art. 345 do Código Penal .....	677

## PARTE VI CATALISADORES

<b>Capítulo 30 ► Cooperação judiciária e outros mecanismos de articulação institucional .....</b>	<b>683</b>
1. Cooperação judiciária .....	683
1.1. Panorama normativo .....	683
1.2. Funções no sistema de justiça multiportas.....	687
1.3. Protocolos institucionais.....	688
1.3.1. Compreensão .....	688
1.3.2. Os protocolos institucionais na teoria das fontes do Direito Processual ...	690
2. Articulação administrativa.....	691
2.1. Generalidades. O paradigma da articulação administrativa.....	691
2.2. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro .....	693
2.3. Formação compartilhada de precedentes administrativos vinculantes.....	695
<b>Capítulo 31 ► Procedimentos probatórios preparatórios .....</b>	<b>697</b>
1. Introdução .....	697
2. Produção antecipada da prova .....	698
2.1. A produção antecipada da prova no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	698
2.2. Produção antecipada da prova e arbitragem.....	700
3. Elementos probatórios produzidos por comissão parlamentar de inquérito.....	701
4. Inquérito civil.....	703
5. Outros procedimentos administrativos probatórios.....	705
6. Procedimentos probatórios preparatórios e dever de apresentação das provas obtidas ...	708
<b>Capítulo 32 ► Livre trânsito: trânsito de técnicas e trânsito entre portas .....</b>	<b>709</b>
1. Livre trânsito de técnicas entre portas de acesso à justiça .....	709
2. Livre trânsito entre portas .....	711
3. Conclusões .....	715
<b>Capítulo 33 ► Tecnologia e justiça multiportas .....</b>	<b>717</b>
1. Introdução .....	717
2. Premissas conceituais .....	719
2.1. <i>Big data</i> .....	719
2.2. Algoritmo .....	719
2.3. Inteligência artificial .....	721
3. Da praça ao átrio: um tribunal digital multiportas .....	722

3.1.	Uma nova perspectiva para a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro.....	722
3.2.	<i>Application Programming Interface</i> (API) e integração de portas de acesso à justiça..	726
4.	Tribunais <i>online</i> . Inteligência artificial e solução de problemas jurídicos.....	727
4.1.	Generalidades .....	727
4.2.	Aplicações da inteligência artificial no Poder Judiciário .....	729
4.3.	Inteligência artificial e função decisória. “Tribunais algorítmicos”.....	731
5.	<i>Online dispute resolution</i> (ODR).....	734
5.1.	Generalidades .....	734
5.2.	Modalidades de <i>online dispute resolution</i> .....	736
5.3.	<i>Online dispute prevention</i> .....	737
6.	A tecnologia <i>blockchain</i> .....	738
7.	<i>Smart contracts</i> .....	740
7.1.	Generalidades .....	740
7.2.	<i>Smart contracts</i> e arbitragem .....	740
7.2.1.	A tecnologia na arbitragem .....	740
7.2.2.	<i>Multi-signature address</i> .....	742
7.2.3.	<i>Blockchain oracles</i> .....	742
7.2.4.	<i>Crowdsourced arbitration</i> .....	743
7.3.	<i>Blockchain</i> , <i>tokens</i> e <i>smart contracts</i> nas serventias extrajudiciais.....	745
7.3.1.	O uso da tecnologia <i>blockchain</i> nas serventias extrajudiciais .....	745
7.3.2.	<i>Tokenização</i> e serventias extrajudiciais.....	746
7.3.2.1.	Generalidades.....	746
7.3.2.2.	A <i>tokenização</i> e os direitos sobre os imóveis.....	747
7.3.3.	<i>Smart contracts</i> e serventias extrajudiciais.....	749
7.4.	<i>Smart contracts</i> e autotutela.....	750
7.4.1.	“Mitos” sobre os <i>smart contracts</i> .....	750
7.4.1.1.	Relação necessária com o cumprimento totalmente automatizado .....	750
7.4.1.2.	Eliminação de ambiguidades .....	751
7.4.1.3.	Eliminação da possibilidade de ocorrência de problemas jurídicos.....	752
7.4.2.	Contribuições dos <i>smart contracts</i> para a autotutela de origem convencional.....	753
8.	Jurimetria e justiça multiportas.....	754
<b>Capítulo 34 ► Negócios sobre o processo de solução de um problema jurídico .....</b>		<b>759</b>
1.	Notas sobre a relação entre a liberdade e os métodos de solução de problemas jurídicos.....	759
2.	Criação de novas portas de acesso à justiça .....	762
3.	Interação entre portas de acesso à justiça: os negócios multiportas.....	763
4.	Pacto de <i>non petendo</i> e os negócios multiportas .....	766
5.	Interpretação dos negócios sobre a solução de um problema jurídico. Negócios de certificação .....	770
6.	Negócios sobre o modo de solução de um problema jurídico no âmbito do processo administrativo .....	774

7. Administração judiciária negocial e o Conselho Nacional de Justiça: negócios processuais de administração da justiça.....	776
7.1. Observação inicial .....	776
7.2. O Conselho Nacional de Justiça e a cláusula geral de negociação processual do CPC.....	777

### **Capítulo 35 ► Design de solução de problemas jurídicos..... 779**

1. Introdução .....	779
2. Abrangência do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	780
3. Etapas do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	781
3.1. Generalidades .....	781
3.2. Realização do diagnóstico .....	783
3.3. Definição do modo mais adequado para a solução do problema jurídico .....	787
3.4. Execução e revisão.....	789
4. Algumas variáveis relevantes.....	790

## **PARTE VII**

### **ENSINO SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIORTAS NO BRASIL**

#### **Capítulo 36 ► Ensino (graduação e pós-graduação) ..... 797**

1. Nota introdutória.....	797
2. Panorama do ensino sobre o sistema de justiça multiortas no Brasil.....	798
3. Posição da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i> na grade curricular na graduação em Direito e relação com outras disciplinas .....	800
4. Conteúdo da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i> .....	802
4.1. Conceitos elementares.....	802
4.2. Características do sistema.....	803
4.3. Modos de solução de problemas jurídicos .....	803
4.4. Sujeitos do sistema brasileiro de justiça multiortas .....	803
4.5. Institutos catalisadores do sistema.....	803
4.6. Tecnologia e sistema de justiça.....	804
5. Proposta de disciplina na graduação em Direito .....	804
6. A disciplina <i>Sistema Brasileiro de Justiça</i> como componente curricular no mestrado e no doutorado em Direito.....	805
7. Conclusões .....	805

#### **Referências bibliográficas ..... 807**

#### **LINHA DO TEMPO I ► Estruturação normativa do sistema de justiça multiortas**

Atos normativos gerais (1966-) .....	841
--------------------------------------	-----

#### **LINHA DO TEMPO II ► Desenvolvimento jurisprudencial do sistema de justiça multiortas**

Decisões STF e STJ (1971-) .....	843
----------------------------------	-----

#### **ENUNCIADOS ..... 845**